

# DEMOCRATIZAÇÃO DAS ARENAS BIOÉTICAS

Démocratisation des arènes bioéthiques

\*Giovanny Vitório Baratto Cocicov<sup>1</sup>

Sumário: Introdução; 1. Aportes e nortes da democracia radical e da filosofia da diferença; 2. Aproximações bioéticas – Epistemologia plural; 3. Biotecnociência/Desumanização; 4. Produção normativa em matéria bioética; 5. Reificação humana - pelo reconhecimento do outro nas relações biomédicas; 6. Democratização da prática médica; 7. Conflitos de bioética principialista – Em busca da autonomia; 8. Exemplo ortotanásico – Diversidade de concepções de vida e morte; Conclusão; Referências bibliográficas.

## RESUMO

Diante das lições e das perspectivas da democracia radical e a sua extensão para as diversas arenas, é pertinente e clamado o seu exercício no domínio bioético (constitutiva e epistemicamente plural), sobretudo diante das celeumas ensejadas pelo advento e possibilidades biotecnológicas. É necessária a abordagem da viabilidade e da necessidade legiferante e o exercício político das pautas científico-biológicas. Verticalizando a discussão, há exemplar microcosmos da temática na relação médico-paciente, especialmente o exercício da autonomia e a reificação da pessoa humana fragilizada nas mais diversas expressões, sendo valioso o exemplo da ortotanásia.

## RÉSUMÉ

Sur les leçons et les perspectives de la démocratie radical et sa extension par les diverses arènes c'est pertinent la acclamation de su exercicie dans le domaine bioéthique constitutif, surtout avant les avacarmes desejés pour l'avènement et possibilites biotécnologiques. C'est nécessaire l'abordage de la viabilité et la nécessité bien comme l'exercicie politique de las listes scientifique-biologiques.

Verticalisant la discusión il y a exemplaire microcosmes de la thématique sur le rapport médecin-patient, surtout l'exercicie de l'autonomie de la personne fragilisé sur trop expressions, etaient l'exemple précieux l'orthothanasie.

Palavras-chaves: democracia radical; boética; relação médico-paciente; ortotanásia.

Mots clés: démocratie radical, bioéthique, rapport médecin-patient, orthothanasie.

---

<sup>1</sup> Mestre em direito pela UFPR. Professor da OPET. Advogado.

## INTRODUÇÃO

A compreensão e o respeito ao pluralismo viabilizam a proposta democrático-radical, perspectiva que se estende à totalidade de arenas relacionais, espaços onde não viabilizada a sua expressão, a exemplo de família, escola, trabalho, hospital. Diferentes reivindicações subsumem-se ao princípio da equivalência das lutas democráticas, considerando-se inexistente movimento mais importante, não podendo qualquer das reclamações ser adiada ou menosprezada.

O estudo, debruçando-se nas relações bioéticas, perscruta reivindicadas posturas vistas a (sem prejuízo ao elemento aporético) exercitar relações democráticas viáveis. Tanto serão empreendidas considerações atinentes a um ambiente “macrobioético” (“os outros”) quanto específicas relações médico-paciente (“o outro”), campo vivência da autonomia e expressão do ser consulente-enfermo.

### 1. APORTES E NORTES DA DEMOCRACIA RADICAL E DA FILOSOFIA DA DIFERENÇA

Chantal Mouffe critica a pretensão da democracia liberal para com valores universais, chocados com a eclosão de incontáveis pluralismos. A pretensão de universalização ameaça a eliminação do político, que porta a especificidade na dimensão do “conflito/decisão.”

A abordagem da democracia pluralista absorve da relação amigo/inimigo de Carl Schmitt papel central à dimensão do político na medida em que presentifica elemento de hostilidade. O político é seara inerente à sociedade, não encerrando esfera institucional (pontual).<sup>2</sup>

“Se aceitarmos que todas as identidades são relacionais e que a condição de existência de qualquer identidade é a afirmação de uma diferença, determinação de um ‘outro’ que desempenhará o papel de ‘elemento externo constitutivo’, torna-se possível compreender a forma como surgem os antagonismos. No domínio das identificações coletivas, onde o que está em causa é a delimitação de um ‘nós’ pela delimitação de um ‘eles’, existe sempre a possibilidade de esta relação nós/eles se transformar numa relação do tipo amigo/inimigo; por outras palavras, pode sempre se tornar política, no sentido que Schmitt dá ao termo.”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*, p.12.

<sup>3</sup> MOUFFE, Chantal. *Op cit.*, p.13.

Defende-se a existência de ordem política democrático-pluralista em mundo de inerentes antagonismos, baseada na distinção “inimigo” e “adversário”. Este não é um inimigo a destruir, contudo um adversário cuja existência é legítima e tem de ser tolerada. “Lutamos contra as suas idéias, mas não poremos em causa o seu direito a defendê-las.”<sup>4</sup>

Por tolerância, Mauro Godoy Prudente concebe um princípio ético no seio do qual a pluralidade de valores que orienta a vida pessoal de cada qual deve ser respeitada pelos demais. “Tal respeito fará com que os valores de cada membro da coletividade possam coexistir pacificamente com os valores que outros indivíduos ou grupos professam.”<sup>5</sup>

Chantal Mouffe vislumbra perigos para a política democrática na indistinção entre direita e esquerda. A ausência de identidades políticas pode conduzir a outras formas de identificação (como religiosa, étnica ou nacionalista), perspectivas antidemocráticas, em que “o opositor não pode ser concebido como um adversário com o qual se pode lutar, mas apenas como um inimigo que é necessário destruir.”<sup>6</sup> Contra o panorama, urge reconhecer-se (e promover) a esfera do político.

“*De todos para todos* significa concretizar plenamente a liberdade na condição humana.”<sup>7</sup> Neste contexto o princípio do pluralismo concerne às liberdades públicas, bem como aos mecanismos associados à idéia de democracia, incluindo o voto universal, a participação política, a livre organização. “É a *garantia da diferença*, sob o fundamento de que a afirmação do todo se dá pela afirmação das partes.”<sup>8</sup>

A consciência jurídica é o legado do jusnaturalismo: o ‘todos os homens’ como a condição epistemológica do conhecimento jurídico; a noção de que o poder que não se exerce em favor de todos é violência e está fora da experiência jurídica; que o que é violência não pode ser poder, por definição; que poder somente pode ser uma expressão da sociabilidade; que os direitos humanos não são uma limitação do poder, mas o próprio exercício do poder.<sup>9</sup>

A democracia “é algo de incerto e improvável e nunca deve ser tida como garantida. É sempre uma conquista frágil, que precisa ser defendida e aprofundada.”<sup>10</sup> É perigoso à democracia não só a insuficiência de consenso e fidelidade a valores, como aparente excesso

---

<sup>4</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>5</sup> PRUDENTE, Mauro Godoy. *Bioética: conceitos fundamentais*, p. 165.

<sup>6</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.17.

<sup>7</sup> FELIPPE, Marcio Sotelo, *Razão jurídica e dignidade humana*, p.22.

<sup>8</sup> *Idem.*, p.106.

<sup>9</sup> *Idem.*, p.67-68.

<sup>10</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.17.

(apatia) e marginalização de grupos. São exigidos um choque vibrante de posições políticas e um conflito aberto de interesses para um processo democrático saudável; quando ausentes, “poderá ser demasiado facilmente substituído por uma confrontação entre valores morais e identidades essencialistas.”<sup>11</sup>

A fim de radicalizar o pluralismo, aprofundando-o à revolução democrática, necessário o rompimento com o racionalismo, o individualismo e o universalismo, possibilitando-se “apreender a multiplicidade de formas de sujeição que existem nas relações sociais e facultar um enquadramento para a articulação das diferentes lutas democráticas.”<sup>12</sup>

A construção do político em sua complexidade implica a “dimensão do ‘nós’, a construção do campo do amigo, bem como a dimensão do ‘eles’, o aspecto constitutivo do antagonismo.”<sup>13</sup> O pluralismo difere da acepção pós-moderna de fragmentação social que não reconhece identidades relacionais aos fragmentos. Contrariamente, a concepção radical nega identidades fixas.

Para a verdadeira democracia radical e plural perigos existem na linha habermasiana de “resolução final dos conflitos.” Em verdade, existe um paradoxo democrático na medida em que a realização da democracia também é sua desintegração, como “um bem que só existe como bem que não pode ser alcançada.”<sup>14</sup> A referência temporal é sempre futura, “o conflito e o antagonismo são simultaneamente condição de possibilidade e condição de impossibilidade de sua total realização.”<sup>15</sup>

Panorama de crises: Modernidade afinada aos ideários iluministas de transformação da sociedade; improvável recuperação do marxismo (modelo totalitário soviético e reducionismo de classes ante os novos movimentos sociais); social-democracia (sequer higidez do Estado-providência face ataques da direita) e socialismo (idéia de progresso assente ao projeto da modernidade).

Chantal Mouffe reputa necessário definir modernidade em nível político, seara em que “relações sociais se formam e são simbolicamente ordenadas.”<sup>16</sup> A revolução democrática é característica da modernidade.

As lutas dos novos movimentos sociais permitem o seguinte panorama:

---

<sup>11</sup> *Ibidem.*

<sup>12</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.18.

<sup>13</sup> *Idem.*, p.19.

<sup>14</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.19.

<sup>15</sup> *Ibidem.*

<sup>16</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.24.

multiplicidade de posições de sujeito que constituem um só agente e a possibilidade de esta multiplicidade se transformar num foco de antagonismo e ser, assim, politizada. Daí a importância da crítica do conceito racionalista de um sujeito unitário, que podemos encontrar não só no pós-estruturalismo, mas também na psicanálise, na filosofia da linguagem do último Wittgenstein e na hermenêutica da Gadamer.<sup>17</sup>

Neste sentido, compreende-se o sujeito como “agente descentrado e não total, um sujeito construído no ponto de intersecção de uma multiplicidade de posições subjetivas.” Inobstante herdem-se influências do iluminismo, refuta-se a sua pretensão de universalidade que “esconde uma negação do particular e uma recusa da especificidade.”<sup>18</sup>

Diferentemente do universalismo iluminista abstrato (que conduz à indiferenciação humana), os reclamados novos direitos “são expressão de diferenças cuja importância só agora começa a ser afirmada e deixaram de ser direitos que possam ser universalizados.”<sup>19</sup>

A democracia radical exige que reconheçamos a diferença – o particular, o múltiplo, o heterogêneo –, tudo o que, na realidade, tenha sido excluído pelo conceito abstrato de homem. O universalismo não é rejeitado, mas particularizado; o que é necessário é um novo tipo de articulação entre o universal e o particular.<sup>20</sup>

A remissão ao conceito aristotélico de *phronesis* decorre da crescente insatisfação com o universalismo abstrato iluminista. O conhecimento ético aristotélico capta vigentes e contextualizadas condicionantes histórico-culturais da comunidade. Difere da razão prática kantiana, afeta a (rechaçada) idéia de universalidade. Some-se a necessidade de “alargar o conceito de racionalidade para dar espaço ao ‘razoável’ e ao ‘plausível’ e para reconhecer a existência de múltiplas formas de racionalidade.”<sup>21</sup>

A inexistência de resposta científica ou estatuto de verdade não implica a inexistência de opinião razoável ou oportunidade de escolha racional. Nesta razão, a contribuição de Hannah Arendt, para quem, na esfera política, “as pessoas se encontram a si próprias no reino da opinião, ou *doxa*, e não no da verdade, e que cada esfera tem critérios próprios de validação e legitimação.”<sup>22</sup>

O desiderato da democracia radical é “aprofundar a revolução democrática e ligar várias lutas democráticas”, tarefa que demanda “criação de novas posições de sujeito que

---

<sup>17</sup> Idem., p.25.

<sup>18</sup> Idem., p.26.

<sup>19</sup> Idem., p.27.

<sup>20</sup> *Ibidem.*

<sup>21</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.28.

<sup>22</sup> *Ibidem.*

permitirão, por exemplo, a articulação do anti-racismo, do anti-sexismo e do anticapitalismo.” Surgirá um novo senso comum que “transforme a identidade de grupos diferentes, de forma que as exigências de cada grupo possam ser articuladas com as dos outros, segundo o princípio da equivalência democrática”<sup>23</sup>, mais que aliança de interesses, alteração da identidade das forças envolvidas, respaldando-se na equivalência entre as lutas contra o poder. Disto resulta um conceito de direitos democráticos, coletivamente exercidos que pressupõe a igualdade de direitos aos demais.

A democracia radical demanda “uma idéia de liberdade que transcenda o falso dilema entre a liberdade dos antigos e a dos modernos e nos permita pensar em conjunto a liberdade individual e a liberdade política.”<sup>24</sup> Interessante contribuição advém de Maquiavel, que, inobstante não reivindique noção objetiva de felicidade (delineando perspectiva negativa), inclui ideais de participação política e virtude cívica.

A pessoa humana é sujeito múltiplo e contraditório, que habita diversas comunidades, em meio a série de discursos, razão pela qual se impõe uma nova forma de individualidade, “verdadeiramente plural e democrática.”<sup>25</sup>

O sujeito e as identidades coletivas são inerentes ao reconhecimento do pluralismo e à indeterminação de sentidos. Todas as identidades são relacionadas, co-dependentes e afirmadas pelo reconhecimento do outro, que deixa de ser inimigo a ser eliminado, todavia jamais completamente reconhecido (violência simbólica, velada).

Qualquer forma de política (inclusive democracia), envolve decisões, fechamentos, que, para serem realmente democráticas, urgem referenciar-se em infinita responsabilidade para com o outro (busca pela justiça). Assumindo tal compromisso ético, será possível administrar a contingência, as diferenças no campo político, fenômeno que assinala a passagem da ética para a política, o encontra dos outros, da multiplicidade de sujeitos que formam a *polis*.

A (des)construção pode ser entendida como atitude política, filosofia de resistência, ruptura, modelo inaugurador de novas formas de convivência. A passagem da seara de hesitação (experiência do indecidível) para a da ação política (decidível), apenas e tão-somente se pode vivenciar perante a democracia radical e plural. O momento ético, por sua vez, pressupõe a responsabilidade para com o outro, afirmação infinita e reconhecimento completo da alteridade.

---

<sup>23</sup> MOUFFE, Chantal. *Op. cit.*, p.33.

<sup>24</sup> *Idem.*, p.34.

<sup>25</sup> *Idem.*, p.36.

Fundamental à base da democracia radical é a adesão dos participantes aos princípios éticos-políticos da comunidade, constitutivos da noção de cidadania, os quais permitirão mediar, politicamente, antagonismos entre adversários (nós-eles). Os que não partilharem arcabouço principiológico capitular-se-ão, conceitualmente, como inimigos (os que não aderirem “às regras do jogo democrático”).<sup>26</sup>

## 2. APROXIMAÇÕES BIOÉTICAS – EPISTEMOLOGIA PLURAL

Para Guy Bourgeault a bioética constitui “uma aproximação casuística e resolutamente orientada à tomada de decisões em sociedade secular e pluralista. Aproximação pluridisciplinar e sistêmica. Também, apelando ao debate público esclarecido, um ato democrático.”<sup>27</sup>

Não sendo uma disciplina pontual, estanque e pacífica a circunsritos conhecimentos, na lição de Francesco Bellino, é a bioética “um território, um terreno de confronto de saberes sobre problemas surgidos do progresso das ciências biomédicas, das ciências da vida, em geral das ciências humanas.”<sup>28</sup>

A bioética define-se, em largo sentido, por Gilbert Hottois como um conjunto de questões afetas à dimensão ética suscitadas pela crescente intervenção tecnocientífica dos vivos sobre os vivos, especial, mas não unicamente, o homem.<sup>29</sup>

Maria C. C. Brauner atenta que o movimento bioético propõe-se a “fundamentar as escolhas no âmbito da biomedicina, a partir de uma reflexão pluralista e dialogal” e insere-se em contexto de “complexidades entre a utilização dos recursos científicos e a necessidade de conciliação com os princípios éticos, frutos da construção do saber humanista.”<sup>30</sup>

A bioética designa, como demanda metodológica, aproximação das problemáticas e abordagens, em prisma multi, inter, pluri e transdisciplinar, não apenas abarcando as ciências naturais, como as humanas, notadamente o direito, a teologia e a filosofia, exigência da complexidade das questões postas, às quais não cumpre definitiva ou legítima resposta, sob pena de fundar monopólio axiológico, violento, por natureza.<sup>31</sup>

---

<sup>26</sup> KOZICKI, Katya. *A política na perspectiva da filosofia da diferença*, p. 141-160.

<sup>27</sup> BOURGEAULT, Guy. *Qu'est-ce que la bioéthique?*, p.33.

<sup>28</sup> CANABARRO, Nelson do Souza. Apresentação à BELLINO, Francesco. *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, antológicos e morais*, p.15.

<sup>29</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Le paradigme bioéthique: une éthique pour la technoscience*, p.182.

<sup>30</sup> BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. *Direito, sexualidade e reprodução humana: conquistas médicas e o debate bioético*, p.151.

<sup>31</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Op. cit.*, p.183.

Destarte, a bioética manifesta a irreduzível multiplicidade social, convidando à troca e ao rechaço da ótica fundamentalista.

Inobstante a perspectiva plural, não se crêem impossíveis consensos reguladores mínimos à maioria das questões envolvidas, expressões de uma sociedade com vistas ao estabelecimento de ética comum pública.<sup>32</sup>

Tomando a interdisciplinaridade por um dos importantes aspectos da bioética, “seu diálogo com as demais ciências”, não somente “as ciências físicas, como a biologia, mas com as ciências sociais. Dentre elas, talvez o diálogo mais importante seja como direito”<sup>33</sup>, tem-se o reconhecimento epistemológico necessariamente plural e democrático.

Restringir a problemática bioética à ética médica distancia, torna pobre e edulcora a sua magnitude. Com efeito, o horizonte teórico e prático da bioética é essencialmente terapêutico, com a intenção de restituir ao indivíduo a integridade natural (saúde) perturbada. As mais agudas e problemáticas questões da biomedicina derivam das tentativas de modificar a integridade humana, conduzidas pelo senso de melhoramento (eugênico) ou substitutivo, sob perspectiva evolucionista da natureza/homem ou “integridade natural” (estendida a conceitos de saúde e “normalidade”) essencial e inquestionavelmente instáveis.<sup>34</sup>

A bioética deve-se subsumir a parâmetros legitimadores de orbe democrático. Antigos consensos não mais têm lugar diante da interdisciplinaridade demandada às tomadas de decisão esclarecida quanto à ação para cada caso. A discussão dos fundamentais desafios impõe-se como dever e essencial tarefa democrática de informação e formação.<sup>35</sup>

O explosivo desenvolvimento das ciências e tecnologias no campo biomédico forçou a reflexão ético-política das problemáticas derivadas. A importância de novos poderes criados e multiplicados pelo desenvolvimento das tecnologias apelam à reflexão quanto ao sentido da vida e da saúde, direitos das pessoas envolvidas e respeito por sua autonomia, responsabilidades individuais e profissionais, decisões políticas e escolhas sociais.<sup>36</sup>

O desenvolvimento tecnológico faz apelo inédito à responsabilidade ética dos cidadãos em geral e profissionais em particular, abrindo caminhos perpassados por confrontações interdisciplinares e interprofissionais, em inequívoco alargamento democrático. O campo biomédico mostra-se prova necessária do controle social ao

---

<sup>32</sup> *Idem.*, p.191-193.

<sup>33</sup> PRUDENTE, Mauro Godoy. *Op. cit.*, p.41.

<sup>34</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Op. cit.*, p.182.

<sup>35</sup> BOURGEAULT, Guy. *L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicales*, p.31.

<sup>36</sup> *Idem.*, p.27.

desenvolvimento de tecnologias e à sua utilização. Constituindo, outrossim, gesto político, a bioética torna inarredável o debate democrático.<sup>37</sup>

Giovanni Berlinguer aponta que a bioética deve portar o sentido de indicar o que fazer e não se fundar em postura proibitiva, “nem na intolerância, nem na moral do ‘não’”. Cumpre-lhe, assim, “discutir o que fazer, com quem, a quem, com quais meios, com que objetivos, de forma que as relações entre a ética e as ciências biomédicas sejam marcadas, ao mesmo tempo, pela liberdade do homem e pelo respeito a todos os seres humanos.”<sup>38</sup>

Maria Celeste Cordeiro Leite Santos considera a reflexão bioética como privilegiado *locus* de “antigo esforço em reconhecer o valor ético da vida humana”, desiderato para o qual “possui manifesto compromisso com a verdadeira democracia, alicerçada no binômio liberdade e responsabilidade, que é basicamente a idéia de existência de limites: a lei que ajuda a encontrar a identidade, o sentido e poderes.”<sup>39</sup>

### 3. BIOTECNOCIÊNCIA/DESUMANIZAÇÃO

A concepção de “ciência pura” situa-se em esfera de verdade alheia a qualquer consideração prática ou moral. Em si, a ciência é necessariamente boa ou, na pior das hipóteses, neutra (nem boa nem má), apenas permitindo a avaliação moral seu uso. Assim, problemática de escolhas e responsabilidades éticas derivam da ciência dita “aplicada”, assimilada por técnicas.

As notáveis características da moderna ciência são a matematização e a experimentação. A matematização da ciência e de seu objeto permitem o pleno desenvolvimento da técnica. A matematização fomenta a geral repetição de aproximação da totalidade do real sob o ângulo de ilimitada manipulação.

O antigo modelo teórico contemplativo discursivo cede lugar ao domínio de relação essencialmente ativa de manipulação, reconstrução e desconstrução da realidade. Os termos tecnociência e tecnocientífico assinalam o entrecruzamento dos pólos e a preponderância técnica, como apropriados a designar a atividade científica contemporânea.

De modo geral, o correlato da ciência ou saber teórico tradicional (logoteórico) é a essência do objeto de conhecimento; à tecnociência, a plasticidade do objeto a manipular, que porta matéria psíquica, viva e pensante. A noção de verdade não mais resta como

---

<sup>37</sup> BOURGEAULT, Guy. Qu'est-ce que la bioéthique?, p.43.

<sup>38</sup> BERLINGUER, Giovanni. Prefácio In: *Bioética*, p.13.

<sup>39</sup> SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Limites éticos e jurídicos do projeto genoma humano, p.317.

“experiência luminosa” que assinala a revelação da existência e testemunha essência do real (perfil ontológico).

Ainda que a ciência teórica possa dizer-se pura e inocente; a tecnociência, posto que essencialmente modificativa, produtiva e destrutiva, jamais o é. Fundamentais questões éticas exsurtem, na medida em que o projeto de saber permite a criação e a eliminação, portando inequívoco poderio.<sup>40</sup>

Homem e humanidade podem ser “feitos” pela tecnologia. Naturalmente “desde sempre, quer dizer, desde o advento do que se chama humanidade”, constantemente, procurou o ser humano escapar aos determinismos como forças da natureza, óbices à liberdade e contrariedades à visão criativa de seus projetos. Ponto nevrálgico reside em que tais intervenções, notadamente sobre a pessoa humana (reificada: posta na condição de objeto) fundem irreversíveis mutações na humanidade, cogitando-se em pós-humanidade ou mesmo pós-história, perquirindo-se a existência mesma da humanidade.<sup>41</sup>

A tecnociência perturba e subverte, física e conceitualmente, o mundo e ordem ditos naturais, confundindo e alterando planos “natural” e “artificial”, falando-se, mais que em “tecnocosmo” ou “tecnosfera” em “tecnobiocosmo” estendido à toda Terra.<sup>42</sup> Questiona-se se decorrências como “melhoramento” das raças e espécie não impregnam subversão às mesmas.

O panorama permite a reificação da pessoa humana, máxime fragilizada. Neste bojo, opera-se a manipulação e a reconstrução da identidade individual e específica do homem, a transformação e a manipulação dos limites da existência (concepção e morte). A modificação tecnocientífica das experiências externas e internas suscita questionamento quanto à intangibilidade da essência natural e cultural do homem.<sup>43</sup> “Encontramo-nos, então, no limiar de uma era na qual a ciência e suas aplicações práticas deixaram de contentar-se em lidar com o mundo natural como se encontra criado, e passaram pretender alterar a própria natureza.”<sup>44</sup>

Dentre as urgências da medicina, conforme Francesco Bellino, reside o reclamo à reflexão crítica face a ameaça da desumanização. Por intermédio das gigantescas possibilidades tecnocientíficas, aparenta “secundar o objetivo do homem moderno de dominar não só a natureza física, mas a humana.”<sup>45</sup>

---

<sup>40</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Op. cit.*, p.16-31.

<sup>41</sup> BOURGEAULT, Guy. *L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicales*, p.87-90.

<sup>42</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Op. cit.*, p.60-62.

<sup>43</sup> *Idem.*, p.67.

<sup>44</sup> BARRETTO, Vicente de Paulo. *As relações da bioética com o biodireito*, p.73.

<sup>45</sup> BELLINO, Francesco. *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, antológicos e morais*, p.79.

A perspectiva cartesiana da ciência moderna, fonte da desumanização da seara biomédica, na concepção de Francesco Bellino, ao invés de “tornar o homem senhor e possuidor da natureza, para poder melhor dominar o mundo, exclui em princípio toda pergunta sobre a origem e o significado total do ser, sobre o sentido da existência humana.”<sup>46</sup> Do panorama defronta-se “uma ciência sem conhecimento, uma ciência que conhece mas não pensa. A cegueira dos cientistas e dos especialistas tornou-se irresponsabilidade.”<sup>47</sup>

“Interesses individuais que podem ver-se afetados por essa nova tecnologia: assim a vida, a integridade física ou psíquica e a liberdade individual.”<sup>48</sup> O conhecimento científico, destarte, suscita “uma questão filosófica, de *poder* (fenômeno inerente à natureza humana, à necessidade de domínio da realidade)”, também engendra “uma questão de liberdade (conhecimento) e de responsabilidade (conduta), ou seja, de relação – por vezes, do confronto – entre Ciência, Direito e Ética.”<sup>49</sup>

O advento das biotecnologias, conforme Marie-Thérèse Meulders-Klein, pode-se comparar a um fenômeno sísmico que porta as seguintes lógicas: conhecimento e poder; lucro; desejo e livre pesquisa da felicidade; e utilidade. A lógica do conhecimento e poder atrela-se à pretensa neutralidade científica, como se apenas a ciência portasse as suas finalidades e justificativas. A noção de felicidade maneja desejos de combate ao sofrimento e de morte.<sup>50</sup>

Face às quatro lógicas que comandam a “revolução biotecnológica” ordena-se a atenção da pessoa humana, sob o risco de se abalar os fundamentos da dignidade e dos direitos do homem caramente conquistados.<sup>51</sup>

A central problemática emergida do debate ético para com hodiernas inovações biotecnológicas assenta-se, para Brigitte E. S. Jansen em “saber se deveríamos ter permissão para fazer o que é possível”, precisando o questionamento em “quanto, ou quais aspetos, do que é viável deveria ser permitido executar.”<sup>52</sup>

Neste ambiente, é imprescindível o conclave democrático-participativo, posto que destinatária a humanidade, “potencial beneficiário ou prejudicado da implicação nele – em seus diretos e bens jurídicos que lhe concernem – das ciências biomédicas.”<sup>53</sup>

---

<sup>46</sup> *Idem.*, p.83.

<sup>47</sup> *Idem.*, p.107.

<sup>48</sup> GARCIA, Maria. *Limites da ciência: a dignidade da pessoa humana: a ética da responsabilidade*, p.150.

<sup>49</sup> *Idem.*, p.139.

<sup>50</sup> MEULDERS-KLEIN, Marie-Thérèse. *La production des norms en matière bioéthique*, p.30-32.

<sup>51</sup> *Idem.*, p.78.

<sup>52</sup> JANSSEN, Brigitte E. S. *A nova biotecnologia e a medicina atual necessitam de um tipo diferente de insumo bioético, ou trata-se de conflito ético de interesses?*, p.3.

<sup>53</sup> CASABONA, Carlos María Romeo. *O direito biomédico e a bioética*, p.15.0

#### 4. PRODUÇÃO NORMATIVA EM MATÉRIA BIOÉTICA

Face o déficit normativo na arena bioética, permitindo abusos respaldados na liberdade negativa, conclama-se atividade normativa que se encerro no dito biodireito. A anomia suscita abusos e transferência decisória ao Poder Judiciário (quando invocado). Cumpre à sociedade, todavia, discussões, de modo democrático e a positivação de orientações. A responsabilidade social se exercita em debates envolvendo desafios ético-político-jurídicos afetos à vida e à morte.<sup>54</sup>

O desenvolvimento tecnológico tornou turbulento o claro regramento de ações para orientar condutas na seara biomédica, restando, para Guy Bourgeault, ilusório o restabelecimento ou a instauração de consensos mesmo que relativos. Donde a importância de estabelecer-se normativa.<sup>55</sup>

Adverte Geneviève Koubi que o direito não deve ter por função casar-se com os arcanos da ciência, e o biodireito não deve ser um “direito biodregradável”.<sup>56</sup>

“Quando enfocados ciência, poder e direito – especificamente em relação à biotecnologia – constata-se que a tensão entre a liberdade de atuação científica e a vinculação das suas conseqüências ainda permanece, diante do Direito, como realidade resistente a qualquer regulação.”<sup>57</sup>

A bioética, para Claire Neirinck, faz-se recuperada pelo direito, como a fotografia favoreceu a emergência e reconhecimento do direito à imagem, o desenvolvimento do automóvel impôs segurança obrigatória e novas concepções de responsabilidade civil. Mais significativo o hodierno panorama, posto que o progresso biotecnológico põe em causa o próprio direito (ser humano e humanidade, em último termo). Novas técnicas enraízam-se na corporeidade humana, com vistas ao desaparecimento da pessoa, reduzida à soma de elementos orgânicos, permitindo apagar fundamentais categorias jurídico-existenciais. “As distinções pessoa/coisa, homem/mulher, vida/morte, base mesma do direito, não somente são conturbadas, mas também apresentadas como constitutivas de inúteis obstáculos ao progresso.”<sup>58</sup> De qualquer modo, “o corpo do direito não se deve transformar no direito do

---

<sup>54</sup> BOURGEAULT, Guy. *L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicales*, p.204.

<sup>55</sup> BOURGEAULT, Guy. *Qu'est-ce que la bioéthique?*, p.39-40.

<sup>56</sup> KOUBI, Geneviève. *Un désir de règlement*, p.125.

<sup>57</sup> GARCIA, Maria. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>58</sup> NEIRINCK, Claire. *Le droit à la recherché de ses categories*, p.153.

corpo, sob pena de o instrumentalizar e o transformar em corpo sem alma, morto, robotizado.”<sup>59</sup>

A bioética, compreende Giselda M. F. N. Hironaka, não enfrenta o patamar decisório acerca de “qual a humanidade que a atual geração quer para si e para as futuras gerações.” Encerra-se no papel de levantar questões, “registrar as inquietações, alinhar as possibilidades de acerto e de erro, de benefício e de malefício, decorrentes do desempenho indiscriminado, não autorizado, não-limitado e não regulamentado de práticas biotecnológicas e biomédicas”. Este papel, pontua, cumpre ao biodireito, como convencionado nominar.<sup>60</sup> Este visa garantir a preservação da dignidade humana e da própria humanidade. As preocupações não são exageradas, existindo “apenas este imenso descompasso ente o avanço tecnológico e a normatização jurídica, que precisa ser, com urgência, redimensionado.”<sup>61</sup>

Carecem de “um traço jurídico nítido” as temáticas afetas “às inquietudes sociais ante o crescente poder científico sobre a vida, a identidade e o destino das pessoas”, afirmando Jussara M. L. de Meirelles assumirem “caráter muito grave e sério para serem solucionadas tão-somente a nível da consciência de cada um.” Por tal ordem de considerações, “já se afirmou que o Biodireito é prioritário sobre a Bioética.”<sup>62</sup> Bem ressalta que “o trabalho de estabelecer diretrizes, impor limites, lembrar valores de modo coercitivo, se necessário, só ao Direito cabe.”<sup>63</sup> A perquirição de normas disciplinadoras da biotecnologia implica indagação “‘a que’ e ‘a quem’ ela serve”, empreendendo-se “uma análise cuidadosa, que possibilite delimitarem em que medida a biotecnologia é voltada ao atendimento do bem comum.”<sup>64</sup>

A perspectiva do reconhecimento do outro, ética da responsabilidade empreende “a congruência entre propósitos, meios e fins da biotecnologia com o bem comum objetiva evitar, por exemplo, que vidas humanas sadias e vidas humanas do Terceiro Mundo sejam ceifadas frente a vidas humanas do Primeiro Mundo.”<sup>65</sup>

O papel do biodireito, para Maria C. C. Brauner está em limitar as práticas biomédicas com respaldo no princípio da dignidade humana e da responsabilidade, a qual “envolve tanto os governantes com relação aos cidadãos, quanto o cientista com relação a estes e, igualmente, concerne a relação do médico para com seus pacientes e,

---

<sup>59</sup> LAVIALLE, Christian. De la difficulté à légiférer sur le vivant, p.17.

<sup>60</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Bioética e biodireito: revolução biotecnológica, perplexidade humana e prospectiva jurídica inquietante, p.25.

<sup>61</sup> *Idem.*, p.36.

<sup>62</sup> MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. “Com a cabeça nas nuvens, mas os pés no chão”: discurso inicial sobre o biodireito e alguns dos instigantes questionamentos que constituem o seu objeto, p.15.

<sup>63</sup> *Idem.*, p.16-17.

<sup>64</sup> *Idem.*, p.94.

<sup>65</sup> *Idem.*, p.95.

necessariamente, convoca os cidadãos de hoje para defenderem os direitos daqueles que comporão as gerações futuras.”<sup>66</sup>

## 5. REIFICAÇÃO HUMANA - PELO RECONHECIMENTO DO OUTRO NAS RELAÇÕES BIOMÉDICAS

Singular, única e irrepitível é cada pessoa humana, ainda que (mas justamente por conta de) porte limitações, devendo cada qual ser respeitada. Mais que abstrata figura, para além da colmatação formal de sujeito de direitos (virtual e não real), mas observação e respeito à concreta pessoa humana em cada relação vivenciada (máxime fragilizado pólo nas relações biotecnocientíficas) se faz clamada. O outro, vislumbrado, ouvido e respeitado, senão reificado resta, submisso, um “não-ser”.

A racionalidade moderna plasmada na ciência evoca “determinado modelo de ação, que privilegia a reificação e a instrumentalização do ambiente externo ao cientista. Pode-se chamar esse modelo de ação de *agir instrumental*.” Este paradigma parte da dicotomia “sujeito-objeto”, pressupondo “um agente que atue de forma solitária, interferindo e modificando o ‘mundo’ que lhe é exterior.” O agir instrumental, logo, “não atenta para a alteridade, ou a presença de demais sujeitos interlocutores capazes de participar no mesmo contexto social.”<sup>67</sup>

Da dicotomia sujeito-objeto podem derivar, conforme pontua Brunello Stancioli, a falsa infalibilidade do agir científico e “o ‘descompromisso ético-moral’ da Ciência. A atuação científica pode dominar e destruir a individualidade” e humanidade, caso seja a pessoa reduzida “à condição de objeto, o que pode ocorrer quando da relação médico-paciente.”<sup>68</sup> Esta perspectiva implica a inexistência de prévia conexão, v.g, no domínio analisado, entre “Medicina (como técnica e ciência aplicada) e a ética.”<sup>69</sup>

“Nunca a medicina avançou tanto no diagnóstico e tratamento das mais variadas doenças como no passado século, e nunca o ser humano enfermo foi tão mal cuidado.” Neste contexto passa-se a “tratar doenças de pessoas e não de pessoas que circunstancialmente

---

<sup>66</sup> BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. *Direito, sexualidade e reprodução humana: conquistas médicas e o debate bioético*, p.175.

<sup>67</sup> STANCIOLI, Brunello. Sobre a estrutura argumentativa do consentimento informado: revisão sistemática, verdade e risco na relação médico-paciente, p. 174.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> STANCIOLI, Brunello. *Op. cit.*, p.175.

estão doentes.” Divide-se a “unidade complexa da pessoa em partes cada vez menores do domínio científico.”<sup>70</sup>

O modelo acadêmico, e inevitavelmente profissional “acolhe o objeto e não o sujeito, o corpo e não o espírito, a quantidade e não a qualidade, a causalidade e não a finalidade, a razão e não o sentimento, o determinismo e não a liberdade, a essência e não a existência.” O predomínio do conhecimento estanque, fragmentado e compartimentalizado impossibilita a “percepção da integralidade do ser humano, que sempre será a um só tempo biológico, psicológico, cultural e social.”<sup>71</sup> Nefastas as práticas profissionais que olvidam a pessoa doente, focando-se na doença da pessoa, mais um caso, lançando atenção ao membro molesto.<sup>72</sup>

Reinaldo Pereira e Silva aponta na individualidade humana reificada a insuficiência do patamar ético da pessoa. Assevera que “o mais grave entrave da ciência positiva para tal ascensão ética é a ‘compreensão mecanicista da vida’, em que ‘a própria essência vivente é apreendida sob a forma de uma máquina’” perspectiva para qual a vida não é valor autônomo, todavia “soma dos valores de utilidade de seus órgãos.”<sup>73</sup>

A escorreta compreensão do reconhecimento da pessoa humana em qualquer estado evolutivo e qualitativo como destinatário de atos tecnocientíficos não pode permitir considerações em distintos níveis, “como pretendem certos segmentos científicos, ou com total liberdade e sem nenhum controle, como procura se justificar o pensamento anglo-saxão.”<sup>74</sup>

O ordenamento jurídico, como um todo, volta-se à pessoa, não a formatada em “um dos elementos da relação jurídica (conceito de pessoa na doutrina jurídica clássica), mas uma pessoa concreta, o ser humano dotado de dignidade”, mudança da qual a evolução biomédica não pode se esquivar.<sup>75</sup>

“O paciente é um cidadão autônomo, portador de direitos que devem ser respeitados e deveres que devem ser cumpridos. Como senhor de seu corpo e da moléstia que o aflige, deve ser, também, senhor da decisão quanto ao melhor que lhe convier.”<sup>76</sup>

---

<sup>70</sup> SIQUEIRA, José Eduardo de. A arte perdida de cuidar, p.90.

<sup>71</sup> *Idem.*, p.91.

<sup>72</sup> BOURGEAULT, Guy. L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicales, p.201.

<sup>73</sup> SILVA, Reinaldo Pereira e. Introdução ao biodireito: investigações político-jurídicas sobre o estatuto da concepção humana, p.103.

<sup>74</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira. O direito, a ciência e as leis bioéticas, p.105.

<sup>75</sup> ECHTERHOFF, Gisele. O princípio da dignidade da pessoa humana e a biotecnologia, p.75.

<sup>76</sup> SOUZA, Maria Teresa de Moraes e; LEMONICA, Lino. Paciente terminal e médico capacitado: parceria pela qualidade de vida, p.93.

“Não existe ‘one best way’ absoluto tecnológico. A escolha tecnológica não é melhor senão em função de um projeto de sociedade, conjunto de valores, atenções e desejos.”<sup>77</sup> Deve-se, isto sim, radicalizar atuação dos envolvidos. E todos o são, sob pena de desfigurar própria biológica existência.

Entende Francesco Bellino que a “estranheidade e a reificação do mundo (e do outro) são o produto da absolutização de um modelo de racionalidade de tipo objetivista e impessoal.”<sup>78</sup> Contra o fundamento de racionalidade que conduz ao impessoal, propõe-se calcar a racionalidade na razoabilidade. Submetendo-se o razoável à razão da experiência, a racionalidade humana guia-se “de maneira mais teleológica, no sentido que torna a razão do homem, pelo homem e ao serviço de todo homem.”<sup>79</sup>

## 6. DEMOCRATIZAÇÃO DA PRÁTICA MÉDICA

Didaticamente, na esteira de Guy Bourgeault, pode-se conjugar os seguintes contemporâneos modelos de prática médica, orientação terapêutica e pesquisa biomédica: 1. feiticeiro, 2. paternal, 3. engenheiro ou *expert* e 4. parceiro de uma ação autônoma.

O feiticeiro está em contato com forças superiores, benignas ou malignas. Perdeu espaço na hodierna conformação societal profundamente marcada pela racionalidade biotecnocientífica.

O paternal formato, de certo modo atrelado ao modelo precedente, tem um pólo detentor da sapiência ao passo que outro acata orientações segundo reconhecimento de autoridade. Por certo, quando se dirige a um especialista há o reconhecimento, ao menos parcial, quanto técnica incompetência da envolvida celeuma.

Engenheiro ou *expert*: de uma banda, maneja campo de conhecimento hábil a realizar projetos com seres humanos, manipulando vida e saúde; de outra, atrela-se ao binômio custos/benefícios das decisões a serem tomadas.

O padrão “parceiro de ação autônoma” rege-se sob signos da contratualidade e convivência. O contrato dita igualdade entre partes. A convivência assinala estreita associação entre ação comum; e mais: comum humanidade ditada pela responsabilidade e solidariedade. Reconhece-se autonomia ao enfermo, como se plasmam as práticas de

---

<sup>77</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Op. cit.*, p.170.

<sup>78</sup> BELLINO, Francesco. *Op. cit.*, p.295.

<sup>79</sup> *Idem.*, p.298.

interrupção ou não submissão a tratamento. Mais que um consentimento à submissão a dado tratamento, empreendem-se decisões derivadas da colaboração ativa dos envolvidos.<sup>80</sup>

A relação médico-paciente, almejam Bruno Torquato de Oliveira Naves e Maria de Fátima Freire de Sá, não pode se resumir a liames negociais, ressaltando que “apresenta-se como base da ciência médica, e tem como objetivo o comprometimento para com a saúde, o bem-estar e a dignidade.”<sup>81</sup>

## 7. CONFLITOS DE BIOÉTICA PRINCIPALISTA – EM BUSCA DA AUTONOMIA

O princípio da beneficência, em verve bioética, “implica fazer o bem ao paciente, considerado o critério mais antigo da ética médica, enunciado no princípio hipocrático da medicina.”<sup>82</sup> Segundo a orientação principialista, o profissional da saúde “deve visar sempre ao bem do indivíduo enfermo que se acha submetido a seus cuidados. Esse dever ético pode provocar o que se usa chamar *paternalismo médico*, proveniente do *pater* (pai)”. O paternalismo pode configurar que “o médico, intentando alcançar a solução mais benéfica para seu paciente, termina por infantilizá-lo, submetê-lo às exclusivas decisões médicas, em detrimento de sua liberdade de decidir o que ele entende melhor para si.” A perspectiva leva à confusão entre saber e o poder. A controvérsia reside em que “o conceito ético e moral de *bem* não é unívoco ou objetivo.”<sup>83</sup>

O princípio da autonomia, por sua vez, “aponta à capacidade do ser humano de, livremente, tomar decisões e que se torna efetivo habitualmente mediante o consentimento informado.”<sup>84</sup> De sua observância resulta a constituição de “espaço ético, tomada a ética como intento de solver conflitos pacificamente, mediante negociação dialogal.” Ainda permite a estruturação de comunidades morais, “plexo de pessoas interessadas nesta ordem se soluções de conflitos, que partilha concepções homogêneas de boa vida, valores e hierarquia dos mesmos.” estas comunidades “devem conviver livre e pacificamente nos espaços públicos, dimensão social plural e democrática.”<sup>85</sup>

---

<sup>80</sup> BOURGEAULT, Guy. *L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicale*, p.193-198.

<sup>81</sup> NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Da relação jurídica médico-paciente: dignidade da pessoa humana e autonomia privada, p.115.

<sup>82</sup> BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. *Op. cit.*, p.159.

<sup>83</sup> VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. *Da eutanásia ao prolongamento artificial: aspectos polêmicos na disciplina jurídico-penal do final da vida*, p.117.

<sup>84</sup> GARCIA, Maria. *Op. cit.*, p.157.

<sup>85</sup> HOTTOIS, Gilbert. *Op. cit.*, p.194-195.

Nas relações biomédicas importante requisito para o exercício da autonomia faz-se o consentimento informado, livre, expresso e esclarecido, demandando que “o médico informe, em linguagem clara e acessível, de que se trata a medida, seus riscos e benefícios, por que está sendo indicada naquela ocasião etc.” Para além do esclarecimento, é necessária a “efetiva compreensão das informações dadas e habilidade psicológica para, além de compreendê-las, poder o receptor manejá-las, de modo a produzir uma decisão coerente e verdadeiramente indicativa de sua vontade.” A fim de galgar validade jurídica, deve o consentimento derivar de “indivíduo legalmente capaz e de maneira livre e voluntária, sem coação física ou moral. O consentimento tem também por característica o fato de ser renovável a cada fase ou novo procedimento e revogável a qualquer tempo.”<sup>86</sup>

De modo geral, o conceito de consentimento define-se, essencialmente, em função da informação destinada ao paciente e condições de liberdade de decisão.<sup>87</sup>

É complexa a justificação da prática do consentimento livre e esclarecido. Respeita a liberdade da pessoa e identifica uma autoridade que permite a realização de objetivos fixados em comum. Reconhece que os envolvidos são melhores julgadores de interesses próprios, ou, se não o são, não se lhes impõe soluções alheias. A capacidade de escolha é função do conhecimento dos riscos e benefícios do tratamento, possibilidade de tratamentos alternativos.

O objetivo do consentimento livre e esclarecido não reside em forçar o enfermo a tomar decisões, substancializar-se autônomo, mas lhe outorgar oportunidade de exercer sua autonomia. Sendo cada relação médico-paciente única, diversos matizes defluem do partilhar e transferir carga decisória.<sup>88</sup>

“Se a autonomia consiste na capacidade de autogoverno, cada ato autônomo pressupõe a vida do homem que o realiza”, com o que, em perspectiva personalista, o princípio da autonomia goza de conteúdo vital a que se deve respeitar. Destarte, a preponderância da vida estipula “um limite objetivo ao exercício da liberdade de cada ser humano, possibilitando aquilatar seu grau de responsabilidade em relação a si mesmo e em relação ao outro.” Dessas considerações deriva o “dever de ajudar a viver quando o outro não tem capacidade de fazê-lo autonomamente, isto é, a responsabilidade pelo outro”<sup>89</sup> Contrariamente, o discurso autonomista propagado pela tecnociência, que veicula a

---

<sup>86</sup> VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. *Op. cit.*, p.121.

<sup>87</sup> PARIZEAU, Marie-Hélène. Le concept éthique de consentement à l'expérimentation humaine: entre l'utilitarisme et la morale kantienne, p.169.

<sup>88</sup> *Idem.*, p.172-173.

<sup>89</sup> SILVA, Reinaldo Pereira e. *Op. cit.*, p.175.

promoção do “próprio eu em termos de autonomia absoluta, chegando, inevitavelmente, à negação do outro, visto como um inimigo de quem defender-se.”<sup>90</sup>

A autonomia, palavra de ordem nas relações de saúde, a ponto de decisões médicas considerarem-se éticas caso respeitada, visão transformadora da prática estadunidense, não pode suprimir questões como as que se seguem, segundo Hubert Doucet: em qual nível de autonomia permite-se uma relação mais humana entre enfermo e profissionais afetos? A que servem novos conceitos éticos se o contexto hospitalar reduz o enfermo a um “não ser” objeto tecnocrático? Necessário o reconhecimento do homem como figura humana no contexto de organização tecnocrática.<sup>91</sup>

## **8. EXEMPLO ORTOTANÁSICO – DIVERSIDADE DE CONCEPÇÕES DE VIDA E MORTE**

Por ortotanásia compreende-se padrão de morte digna, em coerência modo-tempo-espacial, respeitando-se a autonomia do moribundo, aceitando a finitude humana (inevitável fenômeno da natureza e humano), sem abusos terapêuticos, mas valendo-se das necessárias benesses biotecnológicas, especialmente ao alívio da dor. Afina-se a global e positiva concepção de saúde, bem-estar físico, mental, espiritual, social. Outorga ao enfermo a recusa terapêutica, uma vez que a “liberdade de cada um será não só o direito de escolher livremente, mas também de recusar sem coação.”<sup>92</sup>

Em consonância ao reconhecimento da diversidade, deve-se outorgar individual e coletivamente a obrigação de respeitar o sentido que cada qual outorga à sua vida. Relativas, todavia não arbitrárias, restam as significações. Ganham corpo o respeito às opiniões e convicções diversas, orientação ética fundamental que procura reconhecer a singularidade, unicidade, irrepitibilidade e idiosincrasia de cada existência.<sup>93</sup>

Postura ética para com o moribundo, feixe ortotanásico, para Luís Archer, consagra a partilha da “angústia existencial da morte, sem lhe mentir, nem por palavras nem por obras, numa medicina humanizada que, para lá da tecnologia, continua a ser uma arte, dotada com uma fina sensibilidade para se adentrar em todo o que é profundamente humano.” Conclui que “nada mais profundamente humano que a vivência do fim último.”<sup>94</sup>

---

<sup>90</sup> *Idem.*, p.177.

<sup>91</sup> DOUCET, Hubert. La contribution du théologien em bioéthique, p.57-58.

<sup>92</sup> ARAÚJO, Manuel Silva; ARAÚJO, Rui. Ordem para não ressuscitar, p.163.

<sup>93</sup> BOURGEAULT, Guy. *L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicales*, p.154.

<sup>94</sup> ARCHER, Luís. Palavras de Abertura. *Tempo de vida e tempo de morte*, p.10.

Dada a situação fronteira vida/morte que envolve, exige-se dos membros afetos exponencial “respeito pelo doente como ser humano, o que significa que há que colher a sua vontade (quando competente) ou a de seus (da sua família) quando não o seja.”<sup>95</sup>

A não submissão ou interrupção de tratamentos, inobstante possam implicar redução cronológica vital, também se faz representar, para cada qual, maior qualidade de vida, concebida por “solução mais plausível para muitos pacientes que gostariam de viver seus últimos momentos de vida com bem-estar e dignidade.”<sup>96</sup>

Cuidados adequados ao moribundo em contexto clínico, baseados no respeito da integridade do doente como pessoa visa garantir, segundo Léo Pessini, arregimentando plexo ortotanásico:

“a) será mantido livre da dor tanto quanto possível, de forma que o momento final seja marcado pela dignidade; b) receberá cuidados continuados e não será abandonado ou perderá sua identidade pessoal; c) terá tanto controle quanto possível em relação a decisões relacionadas com seu tratamento, e permissão de recusar as intervenções terapêuticas que apenas prolongam o processo do morrer; d) será ouvido como pessoa no seus medos, pensamentos, sentimentos, valores e esperanças; e) terá a opção de morrer aonde desejar.”<sup>97</sup>

## CONCLUSÃO

A experiência da ética da responsabilidade, filosofia da diferença e democracia radical existem na medida e função dos outros, devendo a alteridade ser respeitada.

Mister viger regra da vigilância, estribada em cautela e sempiterna participação democrática, decorrente do reconhecimento à importância dos desafios, atrelados à vida das pessoas, coletividades, espécie humana e sua existência, em último termo. De modo algum se outorga responsabilidade decisória a detentores do poder conferidos pela tecnologia que portam.

Pluralidade e diversidade devem ser garantidas no domínio bioético, coerentemente à liberdade e seu exercício, ao passo que homogeneidade conduz, frequentemente, como demonstra a história, a totalitarismos, quando não reificação da pessoa, exponencialmente fragilizada.

Empreenderam-se exemplos bioéticos (relações médico-paciente, viabilidade normativa, reflexos da biotecnologia, etc.) um dentre vários campos (entendido rico de

---

<sup>95</sup> ARAÚJO, Manuel Silva; ARAÚJO, Rui. *Op. cit.*, p.156.

<sup>96</sup> KOVÁCS, Maria Júlia. *Autonomia e o direito de morrer com dignidade*, p.68.

<sup>97</sup> PESSINI, Léo. *Humanização da dor e sofrimento humanos no contexto hospitalar*, p.64.

demandas, válidas reivindicações e atuações) onde se permite e urge envidar à radicalização democrática, submetidos ao princípio da equivalência das lutas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Manuel Silva; ARAÚJO, Rui. Ordem para não ressuscitar. *In: Tempo de vida e tempo de morte: Actas do VII Seminário Nacional do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2001, p.155-163.

ARCHER, Luís. Palavras de Abertura. *In: Tempo de vida e tempo de morte: Actas do VII Seminário Nacional do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2001, p. 9-11.

BARRETTO, Vicente de Paulo. As relações da bioética com o biodireito. *In: Temas de biodireito e bioética*. BARBOZA, Heloisa Helena; BARRETO, Vicente de Paulo (orgs.). Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p.41-75.

BELLINO, Francesco. *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, antológicos e morais*. Tradução: Nelson Souza Canabarro. Bauru: EDUSC, 1997.

BERLINGUER, Giovanni. Prefácio. *In: Bioética*. SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio (orgs.). 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2002, p.13-14.

BOURGEAULT, Guy. *L'Étique et le droit face aux nouvelles Technologies biomédicales*. Tradução livre. Montreal: Université de Montreal, 1990.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que la bioéthique? *In: Les fondements de la bioéthique*. PARIZEAU, Marie-Hélène (coord.). Tradução livre. Bruxelles: De Boeck, 1992, p.27-47.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. *Direito, sexualidade e reprodução humana: conquistas médicas e o debate bioético*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CANABARRO, Nelson do Souza. Apresentação à BELLINO, Francesco. *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, antológicos e morais*. Tradução: Nelson Souza Canabarro. Bauru: EDUSC, 1997, p.11-20.

CASABONA, Carlos María Romeo. O direito biomédico e a bioética. *In: Biotecnologia e suas implicações ético-jurídicas*. \_\_\_\_; QUEIROZ, Juliane Fernandes (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p.13-38.

DOUCET, Hubert. La contribution du théologien em bioéthique. *In: Les fondements de la bioéthique*. PARIZEAU, Marie-Hélène (coord.). Tradução livre. Bruxelles: De Boeck, 1992, p.49-62.

ECHTERHOFF, Gisele. O princípio da dignidade da pessoa humana e a biotecnologia. *In: Biodireito em discussão*. MEIRELLES, Jussara Maria Leal de (coord.) Curitiba, Juruá, 2007, p.72-118.

FELIPPE, Marcio Sotelo. *Razão jurídica e dignidade humana*. São Paulo: Max Linomad, 1996.

GARCIA, Maria. *Limites da ciência: a dignidade da pessoa humana: a ética da responsabilidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Bioética e biodireito: revolução biotecnológica, perplexidade humana e prospectiva jurídica inquietante. *In: Arte Jurídica*. vol. III. CANEZIN, Claudete Carvalho (coord.) Curitiba: Juruá, 2006, p.23-37.

HOTTOIS, Gilbert. *Le paradigme bioéthique: une éthique pour la technoscience*. Tradução livre. Bruxelles: De Boeck, 1990.

JANSEN, Brigitte E. S. A nova biotecnologia e a medicina atual necessitam de um tipo diferente de insumo bioético, ou trata-se de conflito ético de interesses? *In: Biotecnologia e suas implicações ético-jurídicas*. CASABONA, Carlos María Romeo; QUEIROZ, Juliane Fernandes (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p.3-12.

KOUBI, Geneviève. Un désir de règlement. *In: De la bioéthique au bio-droit*. NEIRINCK, Claire (coord.). Tradução livre. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1994, p. 125-129.

KOVÁCS, Maria Júlia. Autonomia e o direito de morrer com dignidade. *In: Bioética*. Vol.6, n.1, Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998, p.61-69.

KOZICKI, Katya. A política na perspectiva da filosofia da diferença. *In: OLIVEIRA, Manfredo (org.). In: Filosofia Política Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 141-160.

LAVIALLE, Christian. De la difficulté à légiférer sur le vivant. *In: De la bioéthique au bio-droit*. NEIRINCK, Claire (coord.). Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1994, p. 13-19.

LEITE, Eduardo de Oliveira. O direito, a ciência e as leis bioéticas. *In: Biodireito: ciência da vida, os novos desafios*. Maria Celeste Cordeiro Leite Santos (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 98-119.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. “Com a cabeça nas nuvens, mas os pés no chão”: discurso inicial sobre o biodireito e alguns dos instigantes questionamentos que constituem o seu objeto. *In: Biodireito em discussão*. MEIRELLES, Jussara Maria Leal de (coord.) Curitiba, Juruá, 2007, p.9-18.

\_\_\_\_\_. Bioética e biodireito. *In: Temas de biodireito e bioética*. BARBOZA, Heloisa Helena; BARRETO, Vicente de Paulo (orgs.). Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p.85-97.

MEULDERS-KLEIN, Marie-Thérèse. La production des norms en matière bioéthique. *In: De la bioéthique au bio-droit*. NEIRINCK, Claire (coord.). Tradução livre. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1994, p. 21-78.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Tradução: Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Da relação jurídica médico-paciente: dignidade da pessoa humana e autonomia privada. In: *Biodireito*. Maria de Fátima Freire de Sá (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 101-127.

NEIRINCK, Claire. Le droit à la recherché de ses categories. In: *De la bioéthique au bio-droit*. \_\_\_\_\_(coord.). Tradução livre. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1994, p. 151-155.

PARIZEAU, Marie-Hélène. Le concept éthique de consentement à l'expérimentation humaine: entre l'utilitarisme et la morale kantienne. In: *Les fondements de la bioéthique*. \_\_\_\_\_. (coord.). Tradução livre. Bruxelles: De Boeck, 1992, p.169-195.

PESSINI, Léo. Humanização da dor e sofrimento humanos no contexto hospitalar. In: *Bioética*. Vol.10, n.2, Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2002, p.51-72.

PRUDENTE, Mauro Godoy. *Bioética: conceitos fundamentais*. Porto Alegre: Editora do Autor, 2000.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Limites éticos e jurídicos do projeto genoma humano. In: *Biodireito: ciência da vida, os novos desafios*. \_\_\_\_\_(org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 306-325.

SILVA, Reinaldo Pereira e. *Introdução ao biodireito: investigações político-jurídicas sobre o estatuto da concepção humana*. São Paulo: LTr, 2002.

SIQUEIRA, José Eduardo de. A arte perdida de cuidar. In: *Bioética*. Vol.10, n.2, Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2002, p.89-106.

SOUZA, Maria Teresa de Moraes e; LEMONICA, Lino. Paciente terminal e médico capacitado: parceria pela qualidade de vida. In: *Bioética*. Vol.11, n.1, 2003. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2003, p. 83-100.

STANCIOLI, Brunello. Sobre a estrutura argumentativa do consentimento informado: revisão sistemática, verdade e risco na relação médico-paciente. In: *Biotecnologia e suas implicações ético-jurídicas*. CASABONA, Carlos Romeo; QUEIROZ, Juliane Fernandes (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p.173-188.

VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. *Da eutanásia ao prolongamento artificial: aspectos polêmicos na disciplina jurídico-penal do final da vida*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.